

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: reiteraões e resistências ao neoliberalismo no cotidiano*¹

Erlenia Sobral do Vale
Danielle Coelho Alves

INTRODUÇÃO

Este capítulo trata do trabalho docente no contexto do neoliberalismo. Recuperamos aqui textos anteriormente desenvolvidos pelas duas pesquisadoras. Assim, há reflexões e dados da tese de doutorado defendida no ano de 2012, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a orientação da professora Dra. Ângela Santana Amaral: *A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico: reiteraões e resistências do trabalho docente na UECE*²(VALE, 2012), e material da dissertação de mestrado defendida em 2018 na Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação de Antônia Rozimar Machado e Rocha: *Política de Educação Superior no Ceará e a resistência do movimento docente na Universidade Estadual do Ceará (UECE)*³(ALVES, 2018).

Os dois trabalhos, ainda que tratem da realidade particular da Universidade Estadual do Ceará, apontam elementos típicos da universidade pública no contexto do neoliberalismo: os processos de aligeiramento, massificação, privatização interna e precarização do ensino superior que vêm progressivamente identificando maiores desafios à manutenção da universidade pública, com o modelo do tripé ensino, pesquisa e extensão.

No estudo específico direcionado para a realidade da Universidade Estadual do Ceará identificamos, a despeito de suas singularidades, vários aspectos em comum que evidenciavam as tendências do ensino superior público no Brasil. As determinações das mutações societárias desde os anos de 1970/80, em particular o neoliberalismo, têm ocupado significativas pesquisas e reflexões no campo da educação e da sociologia do trabalho. Na investigação, reconhecemos a processualidade desta dinâmica na cotidianidade do trabalho docente na UECE, tendo em vista que as metamorfoses sociais impactaram de forma contundente as condições de vida, a subjetividade e a organização política das classes trabalhadoras, atingindo também a academia e o trabalho dos professores universitários das estaduais públicas, em particular por via de alguns elementos, a saber: 1) ampliação da política de contratação temporária de docentes; 2) criação de mecanismos de privatização como cursos pagos; 3) gerenciamento e captação de recursos por fundação de direito privado, no caso da UECE, com o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos (IEPRO-UECE); 4) aumento das exigências produtivistas, intensificação do trabalho e da competitividade entre os pares, via políticas de avaliação e de editais; 5) crescente burocracia em torno do controle das atividades e dos processos de trabalho; 6) arrefecimento da participação dos professores no movimento docente e na luta sindical.

Nos dois trabalhos identificamos alguns determinantes desta realidade. Nos anos 2000, muitas pesquisas e sistematizaões foram publicadas sobre o tema do produtivismo

¹ DOI – 10.29388/978-65-81417-71-0-0-f.114-128

² Este texto sintetiza análises do autor, em parte já publicadas em livros ou artigos de revistas, as quais são retomadas, re- vendo-se aspectos e acrescentando-se outros, de forma a contribuir com os propósitos desta coletânea.

³ VALE, E. S. do. **A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico: reiteraões e resistências do trabalho docente na UECE**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas-CCSA, Recife, 2012.

³ ALVES, D. C. **Política de Educação Superior no Ceará e a resistência do movimento docente na Universidade Estadual do Ceará (UECE)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

acadêmico, suas determinações e repercussões na práxis acadêmica, no movimento político da categoria e na saúde do professor etc. Em quase todos os textos há referência a um elemento em particular. Vários autores (entre os quais LEHER, 1999; PAULA, 2002; FRIGOTTO, 1999; CUNHA, 2007) frisam em suas exposições a determinação sistêmica na reconfiguração da educação em geral e na universidade em particular. Fundamentam-se na pesquisa documental, reveladora das intenções dos organismos multilaterais e dos mentores da política educacional na América Latina. Para estes pesquisadores, há um claro redesenho que tenta racionalizar e modernizar a inteligência universitária nos contornos do que é reservado econômica, política e culturalmente aos países periféricos na sociabilidade capitalista contemporânea.

Assim se verifica que o tom do debate internacional desde os anos 1980 e 2000 é a preocupação com a massificação e a diversificação com justificativa na modernização, competitividade, desempenho, eficiência. Alguns autores assinalam um novo parâmetro político-pedagógico como uma pedagogia dos resultados e da produtividade. Ao contrário dos anos 1980, em que se engendrou o conceito de público, a universidade, assim como outras instituições da educação e da saúde, nos idos de 1990 disponibiliza novas concepções, como a política de parceria com o mercado.

Em síntese, o quadro apontado pela literatura crítica evidencia o aprofundamento da precarização do trabalho docente, o dilaceramento da vida acadêmica, a despolitização e a asfixia da esfera pública dentro da universidade; a burocratização das atividades e a racionalização quantitativa. São esses os principais aspectos trabalhados pelos autores retrocitados na caracterização do perfil da universidade contemporânea e que incidem diretamente na cotidianidade do trabalho docente, ponto central de nossa investigação sobre o labor dos professores na particularidade da UECE.

O COTIDIANO DOCENTE NA UECE E A REPRODUÇÃO DAS TENDÊNCIAS GERAIS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO

Os estudos na área da educação revelam implicações do novo *ethos* acadêmico nas condições de trabalho do docente (precarização salarial e piora do acesso aos recursos), na saúde (afastamentos, doenças), nas relações interpessoais (hostilidade, competitividade e individualismo), nas finalidades das atividades (respostas mal arranjadas às demandas das agências avaliadoras) e no perfil político-pedagógico dos sujeitos e das atividades que a compõem (aceleração dos processos de trabalho, saberes parcelados e isolados, tempo reduzido para a organização política, avaliações individualizadas da produção, menor autonomia ante a escassez de recursos e os princípios do mercado, menor ênfase no compromisso social da instituição e implicações na referência a uma identidade coletiva) (VALE, 2012).

O chamado novo *ethos* acadêmico é tratado na pesquisa de Paula (2002), quando investigou a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), enfatizando uma mudança significativa no perfil da *intelligentzia* universitária vinculada à área de Ciências Sociais. Segundo a pesquisadora, a década de 1970 marcou uma mudança na concepção de trabalho intelectual, com uma crescente burocratização do sistema universitário, que acarretou uma racionalização baseada nos critérios de burocratização, cujos parâmetros gravitam ao redor da crescente especialização científica. Desde então, os critérios da inserção pública do intelectual modificaram-se e primaram pela especialização profissional e pela carreira burocrática universitária. Em sua hipótese, este fato se deu por conta da hegemonia do modelo estadunidense de universidade, implantado em 1968 (VALE, 2012).

Outras investigações também fazem referência aos impactos políticos das mudanças societárias no perfil dos docentes. Ao trazer algumas referências clássicas sobre a condi-

ção dos intelectuais e sua inserção nas contradições das relações sociais, Chauí (2006) explicita o que provoca uma espécie de silêncio político dos intelectuais na atualidade, e cita três itens fundamentais: 1) o abandono das utopias revolucionárias, acompanhado do ceticismo e da rejeição da política; 2) o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado hegemônico na forma de acumulação neoliberal; 3) a nova forma de inserção do saber e da tecnologia no modo de produção capitalista como agentes da acumulação. A autora identifica o fato de que tanto a arte como o saber têm hoje suas inserções modificadas no modo de produção capitalista, tendo como consequência um refluxo do pensamento de esquerda e da ideia da emancipação do gênero humano.

Os fenômenos identificados pelos autores citados geram repercussões em todos os sujeitos que fazem a universidade, mas são ainda mais significativos para o professor, dadas as características particulares da docência e o caráter eminentemente intelectual da sua atividade, vinculado organicamente ao papel que tem a Universidade como lócus da produção do conhecimento e formadora da herança intelectual de uma sociedade. Este fato não exclui seu papel na dinâmica reprodutiva da sociedade, pois nela está incluída a reprodução das contradições que lhe são próprias.

Desde os finais da década de 1970, porém, a Universidade é alvo de disputas políticas na sociedade, seja pela via de reformas que suprimiram a sua autonomia, especialmente em torno do seu papel social e político, seja pela introdução de mecanismos de controle que desqualificam suas especificidades. Tal quadro se agrava sob a influência do neoliberalismo no Estado e do apagamento das fronteiras entre as suas funções públicas e as exigências privadas, típicas das disputas por um projeto de Nação e Sociedade.

A intelectualidade acadêmica, com efeito, também reproduz, no âmbito das suas práticas e por via da sua produção intelectual, as tendências destas disputas. Assim o fez no período da ditadura militar, na quadra em que se opera a redemocratização e nos anos seguintes às reformas neoliberais dos anos 1990. O período que se inicia nos anos 1990, no entanto, apresenta novas características, entre elas as medidas de racionalização do trabalho docente, em novas formas e mecanismos de controle, de tal sorte que se torna mais evidente o desempenho das funções intelectuais mediado por um conjunto de exigências cuja racionalidade pode reduzir a dimensão crítica e de resistência da atividade docente (VALE, 2012).

As novas ideologias que se expandem sob os novos mecanismos de controle do trabalho docente, sob o argumento da excelência acadêmica medida pela produtividade intelectual, ou mesmo pela exigência da produção de um conhecimento aplicado às necessidades da sociedade, redundam na emergência do que se denomina de produtivismo e pragmatismo. Aqueles que resistem tendem a perder *status* acadêmico, a serem excluídos do acesso a recursos, a se transformarem em meros professores “aulistas”. Embora este fenômeno carregue uma sutileza de “classe”, ele opera desdobramentos que se revelam na cotidianidade do trabalho docente, realizando aquilo a que a perspectiva gramsciana se referia como o processo que torna subjetiva a objetividade da ordem burguesa.

O tipo de intelectual hoje em decurso de enraizamento no *ethos* acadêmico burocratizado, operacional e pragmático, que, sobretudo, dá respostas às demandas racionalizadas dos reguladores e financiadores, entra em contradição com a constituição do perfil de um intelectual com densidade, integrante do campo da crítica e com compromisso social que transborda o mercado. Com suporte neste quadro da universidade hoje, em nossas experiências no cotidiano universitário e no aporte teórico dos estudiosos críticos da área, identificamos como elementos de reflexão este modelo de universidade hegemônico em nossa sociedade, e particularmente os impactos que sua racionalidade burocrática, administrativa e política impõe ao cotidiano do trabalho docente. Compreendemos que essas ex-

pressões se colocam no cotidiano acadêmico e têm raízes na constituição do ideário liberal (VALE, 2012).

A categoria de professores universitários tem uma natureza heterogênea na sua composição de classe. Como observamos, entretanto, em alguns momentos de nossa história, essa categoria apresentou-se, com origem em alguns setores de resistência, como um importante setor de crítica da ideologia dominante. O quadro conservador determinado pelas transformações contemporâneas de naturalização e reprodução da ideologia neoliberal e de fim das utopias emancipatórias tende a localizar os setores críticos na defensiva ou no ostracismo. Quando, todavia, identificamos a reprodução social na história (a exemplo do período ditatorial pós-64 no Brasil), não encontramos apenas traços de reiteração da ideologia dominante, mas também a convivência com suas contradições e, portanto, sua resistência (VALE, 2012).

A ideologia neoliberal é reiterada no cotidiano acadêmico pelos processos de naturalização das privatizações dos cursos pagos de pós-graduação, da condição do professor como captador de recursos públicos e de mercado, do aligeiramento das formações, da racionalidade das avaliações quantitativas e da hierarquização das universidades, da parceria público-privada, da produção do conhecimento a serviço das empresas etc. Tudo isso põe em evidência a ideia de que os sujeitos da universidade fazem parte da reprodução deste processo. Os professores não fogem à regra, pois sofrem e têm em suas tarefas a predominância da burocratização das atividades e a exigência da polivalência; com isso, têm reduzido seu tempo de adensamento dos estudos e de envolvimento nas ações políticas coletivas, reduzindo ainda mais o conteúdo questionador de uma direção social e de uma política alternativa à mercantilização e ao fortalecimento da ordem neoliberal.

Na década de 1960, as mediações das últimas transformações societárias foram iniciadas nos países centrais. No Brasil, essa ênfase ocorreu nos anos 1990 e apontam para o fato de que a atividade acadêmica potencialmente autônoma concede lugar a formas cada vez mais degradadas de trabalho. Impõe-se, com efeito, uma organização acadêmica baseada no fim produtivista e na diminuição do controle do trabalhador docente sobre o seu processo de trabalho, sinalizando para um novo parâmetro político e pedagógico dos resultados com base na produtividade. Legitima-se este ideário por via do discurso da necessidade de modernização, qualidade e eficiência.

Com arrimo nessas reflexões presentes na literatura, e também pela observação de algumas situações postas na UECE, buscamos identificar as especificidades da vivência e da reprodução neoliberal (reiteração e/ou resistências) no cotidiano de labor do docente. Apontamos como hipóteses para a nossa investigação que a ideologia neoliberal se materializa na universidade por via de práticas próprias de privatização interna da universidade, pelos processos de controle e burocratização do trabalho docente, e se reproduz pela tensão entre reiteração e resistência. A cotidianidade própria da ordem burguesa fomenta mais comumente os continuísmos, mas não subtrai os processos de crítica, questionamento e resistência, já que não elimina as contradições (VALE, 2012).

Nos achados da pesquisa da tese de doutorado (comentada até aqui), observamos nas respostas dos pesquisados (83 professores da UECE) a predominância de uma perspectiva individual de estratégia – apenas um ressaltou a colaboração de outros colegas para atuar no cotidiano institucional como fator para o favorecimento do enfrentamento das exigências acadêmicas. Evidencia-se aqui uma contradição: mesmo com a maior presença dos grupos institucionalizados, o enfrentamento via estratégias cotidianas não é citado pelos professores. A saída é pensada a partir da perspectiva pessoal e individualizada. Os grupos não necessariamente levam a uma direção mais coletiva na instituição. Na perspectiva das respostas individuais, há ainda uma leitura moralista das posições assumidas pelos professores, quando observam que a depender do nível de compromisso e seriedade, as respostas se

darão a contento das demandas institucionais. Ninguém citou a luta coletiva como uma possível estratégia de enfrentamento global.

Sobre o papel da Universidade, as respostas dos nossos 83 entrevistados variaram entre a interação social e promoção do desenvolvimento social, científico e tecnológico via produção e disseminação do conhecimento. A promoção da formação profissional para o mercado e para a vida foi a resposta mais comum. Apenas um mencionou a socialização crítica, três disseram não saber, um afirmou duvidar que a UECE tenha este papel, e outro que o papel da Universidade está definido no Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI), numa definição mais impessoal e mais institucional sobre o papel da universidade. Apenas três dos 83 citaram o tripé ensino, pesquisa e extensão como o elemento definidor de seu papel (VALE, 2012).

Na busca por mapear na instituição as reiterações e resistências, identificamos nos limites da pesquisa diferentes posições ante o contexto de reestruturação acadêmica em que vive a instituição. Isso reforçou a nossa apropriação enfrentada no contato com estudiosos marxistas sobre a relação indivíduo e sociedade, mediada pelas determinações do cotidiano próprio da ordem burguesa: heterogêneo, imediatista e fundamentado na superficialidade extensiva. A necessidade de continuidade da vida cotidiana tornaria o produtivismo, o burocratismo e as privatizações como dados naturalizados de toda e qualquer instituição moderna. Não é estranho a esse processo que os sindicalistas observem colegas que antes dedicavam algum momento à militância não priorizarem nem mesmo as assembleias, colocando a intensificação do trabalho como o impedimento real a qualquer forma de engajamento.

Não podemos deixar de refletir ainda que a tensão entre reiteração e resistência não se esgota na participação ou não no movimento político, pois nos espaços de dedicação à pesquisa acadêmica entra em jogo a disputa por saberes, perspectivas de leituras de realidade que também fazem parte dos processos das lutas sociais. Em particular, o conservadorismo que tem como lastro o ideário neoliberal também se expressa nas análises superficiais da realidade, no retorno significativo do chamado irracionalismo pós-moderno (VALE, 2012).

No próximo item articulamos este debate com algumas das reflexões e achados da pesquisa de Mestrado defendida em 2018, que também teve como campo de estudo a UECE e faz referência aos anos 2000, identificando os aspectos de resistência do movimento docente ao neoliberalismo. Compreendemos que as duas pesquisas se complementam no entendimento do cenário neoliberal em que a UECE se desenvolve.

A FACE DA RESISTÊNCIA NO CONTEXTO NEOLIBERAL: BREVES APOSTAMENTOS SOBRE O CASO DA UECE

Neste tópico apresentaremos alguns elementos encontrados na realidade da UECE que tendem a resistir como forma de manutenção de sua existência. Exporemos alguns resultados obtidos na pesquisa de mestrado⁴ de uma das pesquisadoras.

O neoliberalismo, sendo constituído por uma visão de mundo burguês, procura imprimir a ideia de que o mercado é a única via possível para a obtenção da liberdade política. A consequência dessa ideologia é a redefinição de outro modelo de Estado, agora subsumido à grande burguesia transnacionalizada e a suas instituições guardiãs, como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Este passa a atuar na área

⁴ Apresentamos neste tópico alguns resultados encontrados na pesquisa de mestrado: ALVES, D. C. **Política de Educação Superior no Ceará e a resistência do movimento docente na Universidade Estadual do Ceará (UECE)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

educacional nos anos 1960, tendo como foco a garantia de mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado. Para tanto, passou a reproduzir a noção de que o ensino superior é um gasto elevado demais para os governos e, portanto, não deve ser gratuito, nem deve ser priorizado.

Chauí (2003, p. 6) traz um questionamento relevante para a construção deste trabalho: “[...] como foi possível passar da ideia da universidade como instituição social à sua definição como prestadora de serviços?”. Para a autora, a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado.

É isso que se observa nas universidades na atualidade: a sua transformação em locais apenas de formação profissional rápida e que atendam às necessidades do mercado. Este processo de mercantilização e retirada de direitos pode ser verificado no contexto do Ceará. Buscava-se então romper com o atraso que há tempos assolava o ambiente cearense. É nessa conjuntura de transição do coronelismo para o início do governo das mudanças que as universidades estaduais passam por suas maiores transformações. É a transição de um modelo, para eles ultrapassado, na busca de uma universidade que atenda melhor às demandas do mercado. Vale (2012, p. 13) pontua: “[...] a perspectiva é de uma racionalização e moralização da máquina estatal, em verdade, situando de modo mais eficiente seu aparato a favor dos interesses da acumulação capitalista”.

Para Morais (2000), as universidades estaduais teriam papel fundamental na esfera da educação, contribuindo como indutoras de treinamento dos professores. Deveriam atender às necessidades do Estado quanto ao aperfeiçoamento técnico e dos servidores públicos, além de oferecer sua cooperação ao setor produtivo. Surgia, assim, a demanda de adequação das universidades cearenses aos novos interesses do Estado e às propostas de sua reestruturação na conjuntura dos anos de 1990.

No Ceará existem três universidades públicas estaduais: a UECE, que conta com uma estrutura de dois *campi* na capital e seis unidades no interior; a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), que possui quatro *campi*, localizados na cidade de Sobral; e a Universidade Regional do Cariri (URCA), sediada na cidade de Crato, contendo outros *campi* nas cidades de Juazeiro do Norte, Iguatu, Barbalha, Campos Sales e Missão Velha. Nos anos 2000, nessas universidades foram criadas as três seções do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) no Ceará (Sinduece, Sindurca e Sindiuva). Ambas emergiram num contexto de crise nas instituições e de luta em defesa da universidade pública.

Os três últimos governantes (Lúcio Alcântara/2002-2006, Cid Gomes/2006-2014 e Camilo Santana/2014-2018) vêm tratando as universidades estaduais como um problema. Consideram que o ensino superior deve ser de responsabilidade da União, enaltecendo a proposta de federalização, principalmente da Urca e da UVA. Tal postura tem levado os docentes, discentes e servidores técnico-administrativos a protagonizarem seguidas mobilizações e movimentos grevistas, cujos resultados têm sido inúmeras conquistas, na contra-mão do desejo dos referidos governos.

Para Venâncio (2014), o descaso por parte do governo pode ser verificado no descumprimento da prescrição constitucional quanto à destinação de um quinto dos 25% do orçamento estadual destinado à educação (isto é, 5% das verbas vinculadas à educação). Nos primeiros sete anos do governo Cid Gomes (com arrecadação e PIB elevados), o investimento médio no ensino superior ficou em 2,34%. Em 2012, o investimento não excedeu 2,44% do orçamento, descumprindo o art. 224 da Constituição estadual. A primeira gestão de Camilo Santana (2014-2018) caracterizou-se pelos sucessivos cortes de verbas para as estaduais, em cerca de 20% da receita das universidades (ALVES, 2018).

Evidentemente, a escassez de recursos repercute na estrutura física e material das instituições, como falta de financiamento para pesquisas e o consequente corte de bolsas de iniciação científica e pós-graduação, estrutura de sala de aula precária, falta de servidores, sejam eles administrativos ou professores. Repercutem, assim, nas pautas de mobilização dos movimentos docente e discente das instituições, que giram principalmente nos eixos: concurso, financiamento e infraestrutura.

A história recente da UECE, após os anos 2000, é permeada por diversos movimentos paredistas em defesa da educação pública de qualidade, sobretudo nos governos de Lúcio Alcântara e Cid Gomes, caracterizados por duros embates com a comunidade acadêmica.

No quadro abaixo expomos alguns dos principais acontecimentos protagonizados pelos movimentos estudantil, docente e técnico-administrativo da UECE, para evidenciar a necessidade constante de realização de lutas em defesa da universidade, a fim de obter o mínimo necessário para a manutenção da instituição, pois, conforme era propugnado pelo movimento, ou a universidade parava pelos movimentos paredistas ou parava pela total falta de infraestrutura e recursos, tal como em 2011, quando o restaurante universitário foi fechado por não apresentar condições sanitárias e de infraestrutura seguras para o seu funcionamento; houve um princípio de desabamento do seu telhado, ferindo alguns estudantes que aguardavam o serviço do restaurante.

Quadro 1 – Histórico de lutas da SINDUECE e movimento estudantil da Uece (2005-2016)

Maio de 2005	Greve de Itapipoca e Limoeiro, e depois das demais unidades da UECE
21 de junho de 2005	Desocupação da Reitoria da UECE pelo batalhão de choque, iniciada dia 15
7 de julho de 2005	Fim da greve (conquista de vagas para concurso)
Junho 2006	Retomada do movimento grevista
16 de agosto de 2006	Primeira assembleia conjunta das três estaduais
Novembro de 2006	Suspensão da greve dos 156 dias devido a acordo com governo que garantiu dotação orçamentária para janeiro de 2007
7 de novembro de 2007	Greve devido à não implementação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV)
4 de dezembro de 2007	Ocupação da Alce (três dias de ocupação)
Janeiro de 2008	Decretada a ilegalidade da greve
13 de fevereiro de 2008	Suspensão da greve
Maio de 2008	Aprovação do PCCV na Alce
2008	Luta em torno da implementação e regulamentação do PCCV
8 de abril de 2011	Caminhada no Palácio
30 de maio de 2011	Ato na Assembleia Legislativa
15 de junho de 2011	Ato na Reitoria
6 de julho de 2011	Audiência Pública na Alce
20 de junho de 2012	Ato na Secitece e Treze de Maio
27 de setembro de 2012	Ato na Secopa
8 de novembro de 2012	Ato “A academia vai ao Palácio”
Dezembro de 2012	Concurso com setenta vagas
17 de setembro de 2013	Estudantes da Faculdade de Educação de Itapipoca (Fa-

	cedi) ocuparam o prédio que foi cedido pelo governo do estado para o Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE)
3 de outubro de 2013	Ato pela doação do prédio para Facedi-UECE em Itaipoca
22 de outubro de 2013	Greve estudantil Uece
22 de outubro de 2013	Decretado estado de greve docente
29 de outubro de 2013	Início da greve docente
6 de novembro de 2013	Ato no Palácio que foi duramente reprimido
27 de novembro de 2013	Ocupação da Alce (nove dias)
16 de janeiro de 2014	Suspensão da greve
17 e 18 de fevereiro de 2014	Seminário com Cid
	Conquistas do movimento: assistência estudantil em torno de 10 milhões de reais para cada universidade, reforma e ampliação do prédio da FACEDI, regulamentação do PCCV, reposição salarial para os servidores técnico-administrativos e a realização de concurso para professores
17 de setembro de 2014	Retomada do movimento de greve pelo não cumprimento de parte dos acordos
9 de janeiro de 2015	Governador Camilo Santana assegurou a realização de concurso emergencial para professores nas três universidades estaduais, abrangendo um total de 249 vagas. Concurso para servidor técnico-administrativo, além da criação do plano de cargos para esta categoria
23 e 24 de setembro de 2015	Processo Estatuinte – seminário e plenária final
	Caravanas Sinduece nas unidades do interior
29 de abril de 2016	Retomada do movimento grevista
21 de outubro de 2016	Suspensão da greve

Fonte: dados extraídos de Alves (2018, p. 123-124) (elaboração própria).

É interessante destacar que as greves emergem num contexto de luta pela manutenção da própria universidade, pois os últimos governos nem mesmo explicitam seu projeto para o ensino superior público no estado, como ocorreu no período estudado por Moraes (2000), quando a ascensão empresarial ao poder demandava uma disputa de hegemonia por parte desta elite. Hoje, com o crescimento vertiginoso do ensino superior privado, fica evidente que a defesa da universidade pública pertence ao movimento docente e discente.

Conforme já mencionado, a luta e a resistência de sua comunidade universitária se materializaram na criação da Sinduece, em 2002, após logos debates entre docentes da capital e do interior que almejavam um projeto de sindicato que valoriza o trabalho docente, a expressão da luta pela carreira, o salário e as condições de trabalho.

Nesses anos de atuação, a Sinduece consolidou-se como um importante instrumento de luta e alcançou muitas vitórias, advindas da organização dos docentes em torno da entidade, mas também da unidade com o movimento estudantil e com o movimento docente de outras Instituições de Ensino Superior do Estado do Ceará. Evidenciamos, assim, a relevante ligação entre a criação e consolidação da Sinduece como importante mecanismo de defesa da universidade. Com efeito, as greves e lutas dessa instituição são e se consolidaram como um mecanismo de defesa diante do cenário de desmantelamento da educação pública.

Percebemos que a UECE vive um contexto de precarização histórica, com a falta de professores e de recursos, que resulta numa infraestrutura precária em suas unidades, principalmente no interior, com prédios funcionando em locais inadequados. Importante destacar ainda o protagonismo das unidades do interior na efetivação das greves de 2005 e 2013. Em 2005, uma onda de protestos veio de Limoeiro e Itapipoca e chegou à capital com gritos de greve geral. Em 2013 o mesmo ocorreu após o então governador Cid Gomes ceder um espaço que deveria ser para ampliação da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI) para o Instituto Federal. Tal episódio desencadeou outras mobilizações que culminaram na greve de 2013.

Analisando as pautas grevistas nos diferentes períodos, observamos que elas por vezes se repetem, como concurso, infraestrutura, assistência estudantil etc. Problemas que são históricos na universidade, devido à falta de um projeto eficaz de viabilização de política de ensino superior de qualidade no estado. O que vemos são posturas de descaso respaldadas na falácia de que o ensino superior é de responsabilidade da União, ou até mesmo a culpabilização das outras estaduais (URCA e UVA) pelos problemas de financiamento da UECE, com o intuito de causar um racha no movimento, que por vezes atua em greves unificadas em defesa das universidades estaduais.

Apesar de todo esse descaso, a UECE vem crescendo e sendo apontada como uma das melhores universidades do país. Tal conquista que deve ser atribuída aos docentes e discentes desta instituição, que conseguem viabilizar pesquisas de destaque nacional apesar da falta de financiamento para o desenvolvimento das pesquisas, de bolsas de iniciação científica e do apoio para a participação em eventos. Também é importante destacar as conquistas da UECE no âmbito da pesquisa, como o desenvolvimento da vacina da dengue, pesquisas tecnológicas etc.

Retomando a questão das pautas dos movimentos paredistas de 2005 a 2014, observamos que estes obtiveram muitas conquistas, ao custo de muita luta e resistência diante das pressões do governo estadual, das reitorias e até mesmo da comunidade acadêmica, por vezes contrárias às greves, conquistas estas frutos de intensas greves. Em 2005, a conquista de concurso para professor e reforma da biblioteca; em 2006, uma emenda orçamentária que foi fundamental para o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV); em 2007/2008, podemos destacar o PCCV e obras de infraestrutura tão necessárias, como o complexo poliesportivo, o hospital veterinário e a reforma do restaurante universitário; 2011 e 2012, o concurso para professor efetivo, após anos sem contratação de professores⁵.

A greve de 2013 proporcionou a regulamentação do PCCV e verbas para a assistência estudantil que viabilizaram um aumento no número e no valor de bolsas de pesquisa e permanência. Graças também a esta greve, ocorreu um importante seminário para pensar a política de ensino superior, contando com a presença do governador na época, Cid Gomes. Também foram obtidas a reforma e a ampliação do prédio da Facedi.

A greve de 2014, última no governo Cid Gomes, cobrava o cumprimento de algumas pautas ajustadas, mas que não foram efetivadas em sua totalidade. Esta greve obteve a promessa de Camilo Santana de um novo concurso, realizado posteriormente. Foi assegurado também o concurso para servidores técnico-administrativo e a elaboração de seu plano de cargos. Ainda no primeiro governo de Camilo Santana foi realizada uma nova greve, dessa vez pleiteando a equiparação salarial para os professores substitutos, concurso e me-

⁵ Sobre a questão da contratação de professores substitutos, vale destacar que ela se constitui como prática dos governos, que após a conquista do PCCV optaram por essa forma de contrato mais barato, visto que os professores temporários/substitutos não foram contemplados com as gratificações do Plano. Ver mais em: ALVES, D. C. **Expressões do trabalho docente precarizado**: discursos e práticas dos professores substitutos da UECE. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA, Fortaleza, 2014.

lhores condições de trabalho. Como conquista, após meses de mobilização, foi obtido o reajuste aos professores substitutos, dividido em algumas parcelas.

Resta evidenciado que melhorias somente são obtidas na UECE por intermédio de movimentos paredistas. Nos momentos de refluxo do movimento, cortes são aplicados e a sua estrutura sente os efeitos mais severos do descaso do governo e dos ajustes provocados pelo neoliberalismo.

O CONTEXTO PANDÊMICO E O AVANÇO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Além desses elementos materiais que incidem na condição do trabalhador docente há alguns anos na realidade da UECE e das demais universidades públicas, inclusive para o acesso a bens culturais, o capitalismo, na sua particularidade histórica dos últimos anos, implementa mecanismos de promoção do Ensino a Distância (EAD). O empresariado deste setor vem investindo em campanhas midiáticas que se utilizam do argumento do acesso à educação superior e elaboram estratégias para tornar essa modalidade mais atraente para a sua clientela. Como resume, Minto (2006), a propaganda privada torna-se ainda mais perniciososa, pois se ocupa de uma pretensa incapacidade a que foi submetido o setor público de atender a população no nível superior de ensino. Desdenham, dessa forma, da importância e riqueza da formação com base no ensino presencial.

As propagandas e investimentos federais no Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e no Programa Universidade para Todos (Prouni) surtiram efeito, e as matrículas e vagas no setor privado cresceram, em especial na modalidade EAD. Desde 2018 as vagas do ensino superior no EAD ultrapassam as dos cursos presenciais; conforme dados do Censo da Educação Superior, foram 7.170.567 vagas de EaD e 6.358.534 presenciais.

O uso de ferramentas tecnológicas está no horizonte de todo trabalhador e trabalhadora, como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, mas no caso da educação, como um conjunto de atividades complementares que não podem substituir a sala de aula, particularmente na graduação. Trata-se de uma defesa histórica de amplos setores da educação, preocupados em especial com os componentes curriculares de uma formação profissional de qualidade.

O ensino a distância precariza, pois não garante a riqueza e a pluralidade do debate presencial público, nem oferta condições de adensamento e aprofundamento para uma formação coletiva. Apenas para efeito de esclarecimento sobre a realidade da UECE com o Ensino a Distância, essa modalidade de ensino já está presente em mais de trinta municípios cearenses, com os mais diversos cursos, por meio da parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Sorratamente, a necessidade do isolamento social neste ano de 2020 vai sendo usada para justificar o uso do trabalho/ensino remoto (nomenclatura utilizada para não chamar de Ensino a Distância), sem que se problematize a condição de acesso à internet por parte de alunos/as e professores/as, acirrando a desigualdade de acesso à educação e sem levar em conta o perfil socioeconômico e cultural do alunado das universidades e institutos de educação. Não se observa que o enfrentamento de um contexto pandêmico tem por premissa a prioridade do direito fundamental à vida. Portanto, todas as nossas atividades devem ser reelaboradas na pandemia, tendo em conta a totalidade do trabalho docente nas universidades, que engloba não só o ensino, mas atividades de pesquisa e extensão, como consta na Constituição Federal de 1988, que estabelece a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão.

A segurança sanitária e as dimensões objetivas e subjetivas de precarização que o trabalho remoto enseja devem ser profundamente balizadas, pois se misturam às condições

da vida doméstica e aos cuidados com a saúde física e mental que todos buscamos preservar, aspectos esses elencados pelo professor Giovanni Alves ao conceituar que a precarização do trabalho vai além das condições de trabalho: “[...] seria não apenas a precarização do trabalho no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também precarização do homem que trabalha no sentido de desefetivação do homem como ser genérico” (ALVES, 2013, p. 86).

É importante destacar que a utilização do termo precarização do trabalho é recente; surgiu por volta dos anos 1980, quando as relações de trabalho (sociais e econômicas) sofreram modificações com o avanço de políticas econômicas que retiravam conquistas trabalhistas. Consequentemente, tinha-se tendência a elaborar contratos que em nada favoreciam os trabalhadores. Assim, a precarização do trabalho no Brasil caracterizou-se pela demissão incentivada, no caso dos planos de demissão voluntária; pelo avanço dos processos de terceirização e pela degradação das condições de trabalho, salário e redução de benefícios e direitos trabalhistas. São dificuldades vivenciadas no cotidiano docente, tanto por efetivos quanto por aqueles com contratos temporários de trabalho.

Uma das formas como se expressa a precarização da educação no cenário contemporâneo se reflete no campo docente, seja por meio do sucateamento e desvalorização da carreira, seja por meio da flexibilização das formas de contrato, como é o caso das universidades estaduais cearenses, com a política de troca de contratação de professores efetivos por substitutos. Há uma naturalização deste tipo de contratação, de tal forma que são realizadas duas seleções por ano desta natureza. Isso decorre do crescimento das seleções para substitutos que emerge após 2008, ano em que os professores efetivos obtiveram um aumento salarial decorrente da conquista, através de muitas lutas e mobilizações, do plano de cargos dos docentes das universidades estaduais cearenses. A contratação de substitutos passou a ser ainda mais atrativa economicamente para o estado.

Bosi (2006) argumenta que a precarização do trabalho não pode ser resumida a um processo exclusivamente econômico, mas tem implicações de natureza social, cultural e política. Ele acredita que todos esses fatores terão impacto na forma como os trabalhadores irão se organizar enquanto classe. Nas suas palavras, é preciso posicionar a questão da precarização do trabalho docente numa perspectiva mais ampliada das mudanças ocorridas nesses últimos trinta anos do mundo do trabalho, buscando-se identificar e problematizar possíveis alterações na rotina das atividades docentes (ensino, pesquisa, extensão) e não apenas as relações de contrato. Esta é uma situação historicamente vivenciada pela classe trabalhadora, prejudicada ainda mais por um cenário que coloca o trabalhador à deriva de uma lógica empresarial que, ao atingir a política educacional, escolhe baratear custos da mão de obra, com redução de direitos, rotatividade e universalização de uma situação que deveria, por lei, ser esporádica, no caso dos contratos temporários.

Contextualizando algumas particularidades da precarização dos professores substitutos na UECE, destacamos elementos encontrados em pesquisa acerca da temática, realizada em 2014⁶, com o título *Expressões do trabalho docente precarizado: discursos e práticas dos professores substitutos da UECE*, defendida por Danielle Alves, sob a orientação de Erlenina Sobral do Vale, cujos resultados ainda são vislumbrados atualmente, como a contínua contratação de substitutos com vínculos temporários.

A pesquisa revelou um perfil de substitutos jovens que estão iniciando as suas carreiras e buscam se qualificar para novos voos na docência, seja na UECE ou em outra instituição. A despeito de todos os elementos de precarização da condição temporária, a situação de trabalho nas instituições privadas ainda é pior, com regime de trabalho horista. Mes-

⁶ ALVES, D. C. **Expressões do trabalho docente precarizado: discursos e práticas dos professores substitutos da UECE**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA, Fortaleza, 2014.

mo com todo o descaso de sucessivos governos estaduais com as três universidades estaduais, elas nunca deixaram de ser uma referência, até mesmo para o mercado de trabalho.

A precarização do trabalho docente, no caso da contratação de professores substitutos, precariza também o ensino, visto que este não deve se separar da pesquisa e da extensão, e o professor nesta condição encontra mais dificuldades para realizar o tripé. A própria forma de contrato dos referidos docentes já traz, em si, um viés da precarização, pois limita sua vida na academia a um tempo de permanência na instituição de um ano, prorrogável por mais um ano. Ademais, devido ao baixo salário, obriga-se esse docente a buscar complementar a sua renda com outros trabalhos, impossibilitando ainda mais a realização do tripé universitário.

Apesar de todos os limites citados, que a condição de substituto impõe, eles buscam realizar pesquisa na instituição ou em outras com as quais possuem vínculo. Destacamos que os sujeitos pesquisados realizavam estas atividades em condições adversas, com poucas bolsas e sem redução da carga horária. Impõe-se dessa forma uma sobrecarga de trabalho que em alguns casos relatados pode chegar a uma carga horária semanal de quase 72 horas, quando se é contratado para uma jornada de quarenta horas.

Os sujeitos pesquisados tendem a compreender e sentir os reflexos do trabalho precarizado ao longo de sua trajetória docente. Inicialmente, tem-se um ideal de profissão; com o passar do tempo nessa condição, é perceptível que estes sujeitos deram ao ser substituto um viés negativo. Entretanto, quando questionados sobre as condições de precarização da instituição, os aspectos mais ressaltados diziam respeito às condições infraestruturais da UECE, não sendo abordada a sua própria condição de professor em situação precária.

A ampliação da precarização é assim revelada no salário, nas condições inferiores de trabalho, no uso rotativo da mão de obra, nas dificuldades e receios de organização política da categoria, na necessidade de complementar a renda com outros trabalhos, nas estratégias individualizadas de atuação e no *telos* de ascensão a efetivo, às vezes alheio à participação política, a exemplo da luta coletiva por concurso público e da defesa da qualidade do tripé universitário. Hoje, com o crescimento vertiginoso do ensino superior privado, fica evidente que a defesa da universidade pública pertence ao movimento docente e discente.

Este cenário de precarização atinge também os docentes efetivos. Ganhou destaque na pesquisa o fato de os professores substitutos, em sua maioria, não perceberem que seus pares docentes também estão em situação de precarização, com a constante cobrança pelo produtivismo acadêmico que abordaremos agora.

No contexto e legado do neoliberalismo, o produtivismo é um dos elementos mais significativos. A qualidade da produção passa a ser mensurada pela quantidade e por valores monetários e recursos adicionais que o docente consegue agregar ao seu salário e à própria instituição, através da concorrência de editais. Parte significativa dos recursos disponíveis é canalizada para áreas consideradas rentáveis; e parte dos materiais, como computadores, salas e recursos audiovisuais, passa a ter um uso privado e de posse de pessoas ou grupos.

Do ponto de vista ideológico, entra em cena a articulação entre competição, individualismo, voluntarismo e empreendedorismo: a produção em série de cursos de pós-graduação *lato sensu* para a complementação salarial e a aquisição de equipamentos, os serviços de extensão mercantilizados, a produção docente mensurada e classificada por critérios quantitativistas, as diferenças entre professores da graduação e os que conseguem se engajar na pós-graduação. Além desses elementos, cabe acrescentar a crescente redução do tempo de formação na pós-graduação.

Além dos aspectos do produtivismo, identificamos no cotidiano da universidade pública a busca por captar recursos, dado o insuficiente repasse destes. Legitimam-se alguns processos “silenciosos” de privatização das universidades, materializados pela gestão

via fundações e pela própria dinâmica dos grupos e dos professores inseridos em cursos pagos, projetos associados ao mercado etc. Os movimentos estudantil e docente resistem política e juridicamente (por exemplo, quando questionam as fundações via Ministério Público), expõem as questões e tecem críticas assimiladas por boa parte de professores e estudantes. A reprodução cotidiana destes processos, contudo, parece se apresentar como uma imposição, em que supostamente o que resta é a adesão (VALE, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois trabalhos (ALVES, 2018; VALE, 2012) aqui utilizados como referências centrais para reflexões sobre o ensino superior indicam como nos anos 2000 se intensificaram as contradições entre resistências e reiterações no cotidiano da universidade. Estes breves apontamentos identificam ainda que este debate da precarização passa pelo descortinamento do neoliberalismo e sua naturalização e capilaridade na realidade do mundo do trabalho e das instituições.

Neoliberalismo que assumiu recentemente no Brasil a aliança com a perspectiva profascista. A crítica da mídia ao profascismo que atualmente confronta a democracia no Brasil poupa a política econômica de Paulo Guedes, pois a elite nacional teve e tem interesse em suas contrarreformas previdenciária e trabalhista, que continuam a se aprofundar de várias formas, com a redução dos direitos.

Não é possível falar de precarização do trabalho sem fazer a crítica radical de todo o legado do neoliberalismo como um dos pilares centrais de sua sustentação, pois sem a mudança das leis, sem direcionar o fundo público para os interesses do mercado, não há como as empresas garantirem seus lucros a partir da retirada de direitos.

Enfrentar todos esses ataques é um grande desafio para os servidores públicos, que são o alvo das reformas materializadas com o apoio dos outros poderes no Brasil. No caso da universidade, isso atinge a natureza do trabalho docente e do desenvolvimento da ciência, que se particulariza inicialmente com políticas de incentivo à pesquisa. No caso do Brasil, o corte de verbas e bolsas por parte dos Ministérios da Educação (responsável pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e da Ciência e Tecnologia (responsável pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) tornou-se outro vetor de intensificação da precarização do trabalho docente, em especial para as áreas sociais e humanas.

A universidade, entretanto, em sua pluralidade de sujeitos, resiste e contribui no atual momento com o combate à proliferação do coronavírus, evidenciando fortemente sua importância social mediante várias medidas concretas de combate à pandemia, além de pesquisas que enfrentam o negacionismo presente hoje no Estado e em setores da sociedade. Mesmo quando as condições do trabalho docente vão sendo minadas, a universidade e os trabalhadores/as docentes atestam o alcance social de seu labor. É um processo que só poderá ser fortalecido à medida que a classe trabalhadora acumula forças para enfrentar a continuidade do neoliberalismo no Brasil. O Serviço Social, através de suas entidades organizativas, vem conduzindo de forma crítica e articulada com os demais setores da sociedade, uma posição pública firme contra os processos de precarização do trabalho e da formação profissional. As lutas se transformaram na única forma de manutenção das universidades, e as categorias têm sempre de permanecer alertas.

Para Alves (2018), Lúcio Alcântara e Cid Gomes trouxeram em seus planos de governo propostas para o ensino superior atreladas às necessidades de inovação tecnológica e às determinações do mercado. Advogavam também a necessidade de ampliação de vagas por meio da expansão do ensino superior privado e a predisposição para investir na educação profissional. Propunham, ainda, que as universidades buscassem outras formas de fi-

nanciamento que não a estatal. Dessa forma, abriram-se as portas para a competição de professores na captação de recursos externos, que hoje constituem uma grande fonte de financiamento nas instituições. Ambos constituem o retrato de governos que relegaram as universidades a um patamar de inferioridade diante dos recursos estatais, gerando com isso um campo inclinado à realização de movimentos e greves como a única saída encontrada na luta contínua em defesa da universidade pública.

No trabalho dissertativo foi constatado que conquistas adquiridas nos últimos anos na UECE e nas outras universidades estaduais brotaram como fruto de muita luta e, em especial, dos movimentos grevistas (ALVES, 2018).

Destacamos que todo movimento de luta e resistência pela defesa da universidade pública e gratuita é tarefa diária e urgente nos atuais tempos de intensificação do conservadorismo, de recuo da democracia e de ataque frontal aos direitos da classe trabalhadora. A organização dos trabalhadores é, assim, elemento essencial na luta em defesa da manutenção de direitos e no avanço de conquistas, tendo como horizonte a transformação radical desta sociedade. No caso da UECE, essas lutas são a garantia de sua sobrevivência.

Consideramos, portanto, que no contexto da universidade pública em geral, tal qual na UECE, vivenciamos reiteraões e resistências próprias da cotidianidade no sistema capitalista, que tem na educação um nicho mercadológico e ideológico importante para a sua reprodução. O neoliberalismo vivencia atualmente sinais significativos de esgotamento, mas ainda é forte o suficiente e pode provocar estragos no modelo de universidade. Somente as lutas sociais podem se colocar como barreiras à altura da empreitada requerida.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. C. **Política de Educação Superior no Ceará e a resistência do movimento docente na Universidade Estadual do Ceará (UECE)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

ALVES, D. C. **Expressões do trabalho docente precarizado: discursos e práticas dos professores substitutos da UECE**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA, Fortaleza, 2014.

ALVES, G. **Dimensões da Precarização do Trabalho: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2013.

BOSI, A. de P. Precarização do trabalho docente no Brasil: novas e velhas formas de dominação capitalista (1980-2005). **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 1. p. 43-59, n. 38, jun. 2006.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022

CHAUI, M. Intelectual engajado: uma figura em extinção? *In*: NOVAES, A. (org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

CUNHA, L. A. **A universidade temporã o ensino superior**: da colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. *In*: GENTILI, P.; SILVA, T. T. da (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 31-92.

LEHER, R. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, fev. 1999.

MORAIS, E. de S. **A UECE e a Política Estadual do Ensino Superior**. Fortaleza: Anablume, 2000.

MINTO, L. W. de. **As reformas do ensino superior no Brasil**: o público e o privado em questão. Campinas: Autores Associados, 2006.

PAULA, M. de F. de. **A modernização da Universidade e a transformação da *intelligentia* universitária**: Casos USP e UFRJ. Florianópolis: Insular, 2002.

VALE, E. S. do. **A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico**: reitera-ções e resistências do trabalho docente na UECE. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) –Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas-CCSA, Recife, 2012.

VENÂNCIO, A. A. **O Financiamento das Universidades Estaduais**. Fortaleza: 2014.